

DÍVIDA E INFORMÁTICA: PROBLEMAS.

A retomada das negociações da dívida externa, ontem em Nova York, coincide com a proximidade do anúncio das retaliações. Uma dificuldade a mais.

A renegociação da dívida do Brasil com seus credores começou ontem à tarde, superando uma séria crise de interpretação do acordo interino de novembro, sobre o pagamento dos juros de janeiro, enquanto uma comissão do governo americano, em Washington, concluía sua recomendação ao presidente Ronald Reagan sobre os produtos brasileiros que devem sofrer uma sobretaxação punitiva.

“O que queríamos evitar já está acontecendo de novo: uma coexistência de dois problemas, o da dívida e o da informática” — como declarou ao **Jornal da Tarde** um funcionário do governo americano, acrescentando: “E desta vez não poderemos adiar mais a retaliação da informática”.

O governo americano concordou com alguns banqueiros credores quanto à interpretação ao acordo concluído ainda durante a gestão do ex-ministro Bresser Pereira: “O Brasil, realmente, comprometeu-se a atualizar-se com os juros”. E foi por isso, inclusive, que manifestou sua “irritação” ao Brasil, por canais indiretos, na semana passada.

Numa nota oficial divulgada pelo comitê credor, no final do dia, sobre o pagamento dos juros relativos à segunda quinzena de dezembro, anunciada no Brasil quase 24 horas antes, a novidade é o parágrafo final, em que se diz que “o terceiro pagamento (o primeiro em 30 de dezembro, o segundo, ontem, ambos sobre os juros atrasados do último trimestre do ano) é esperado para quando forem concluídas as negociações do plano de financiamento do acordo de médio pra-

zo”. Esse terceiro pagamento se refere a juros vencidos já em janeiro.

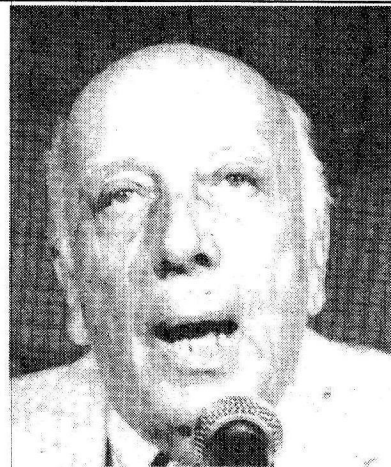
O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, já defendia a versão brasileira ao desembarcar, na manhã de ontem, em Nova York. “Foi indicado pelo Brasil que a retomada dos pagamentos seria possível só através de um esforço conjunto. O nível de reservas não permite que estes pagamentos sejam retomados sem financiamento.”

O comitê credor só no final da tarde recebeu os negociadores brasileiros, liderados por Fernando Milliet. Na agenda, o tema previsto era este: o pagamento de juros do mês de janeiro. Com os dois únicos e rápidos contatos de Fernando Milliet com a imprensa, a posição do Brasil com relação ao FMI (Fundo Monetário Internacional) foi reafirmada nos termos em que a fixara o ex-ministro Bresser Pereira: um acordo com o FMI só será possível depois se separado do acordo da dívida com os bancos.

Dos dois problemas brasileiros que voltam a coexistir nos Estados Unidos, a dívida “deverá agora seguir um ritmo próprio”, como antecipou um funcionário do governo americano, enquanto “o caso da informática está praticamente fechado”.

— Quando os produtos que foram selecionados para a retaliação serão conhecidos? — perguntou-lhe o **Jornal da Tarde**.

— Oficialmente, em mais de uma semana, e em menos de duas. A decisão está sendo tomada neste momento (ontem, 16h30 em Washington) para seguir ao presidente Reagan. **Moisés Rabinovici, de Washington.**



No PMDB, ninguém quer a ida ao FMI. Ulysses, porque traz a recessão. Fernando Henrique defende um acordo prévio com os bancos. Quêrcia é totalmente contra. Mailson, porém, acha que pode reduzir essa resistência.